

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 20/2014**

Período: 14/06/2014 – 20/06/2014

GEDES – Brasil

- 1- Pela primeira vez o Superior Tribunal Militar tem uma mulher como presidente
- 2- Segurança de estádio foi reforçada para receber vice-presidente estadunidense
- 3- Arnaldo Jabor expôs memórias do regime militar
- 4- Estados Unidos compartilham documentos referentes ao regime militar do Brasil
- 5- Forças Armadas apresentam relatórios sobre o funcionamento de suas instalações durante o regime militar

1- Pela primeira vez o Superior Tribunal Militar tem uma mulher como presidente

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha é a primeira mulher a assumir a presidência do Superior Tribunal Militar (STM), corte destinada a julgar e punir crimes cometidos por militares existente há 206 anos. Rocha completará o mandato do ministro Raymundo Cerqueira, que se aposentou, e permanecerá no cargo até março de 2015. O tribunal terá como vice-presidente o ministro Fernando Sérgio Galvão. Segundo a *Folha*, Rocha defendeu a igualdade de direitos para homossexuais das Forças Armadas e afirmou que o “Estado não pode promover o discurso do ódio”. Rocha admitiu a condenação de civis pelo STM durante o regime militar (1964-1985), porém defendeu a corte ressaltando que o tribunal lutou pela liberdade de imprensa, pelo direito de greve e foi responsável pelo primeiro *habeas corpus* do regime. A ministra ainda falou sobre o caso da presidenta da República, Dilma Rousseff, que foi presa e torturada durante o regime: segundo Rocha, a corte impediu que Rousseff fosse julgada duas vezes pelo mesmo crime. A ministra declarou que pretende digitalizar os arquivos do tribunal e defendeu a inclusão de um representante da Justiça Militar no Conselho Nacional de Justiça. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 17/06/14; *O Estado de S. Paulo* – Política – 17/06/14)

2- Segurança de estádio foi reforçada para receber vice-presidente estadunidense

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a segurança do estádio de futebol Arena das Dunas, em Natal, no Rio Grande do Norte, foi reforçada para receber o vice-presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Joe Biden, durante jogo da Copa do Mundo entre EUA e Gana. Oficiais da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar do Rio Grande do Norte vigiaram passagens e entradas no caminho do estádio, enquanto militares do Exército e da Marinha reforçaram o contingente na cidade. Os voluntários que trabalhavam nas máquinas de raio-x foram orientados a reforçar a vigilância e um agente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abordou

jornalistas para garantir que não houvessem equipamentos de transmissão sem fio além dos de uso costumeiro. Uma fragata e uma lancha da Marinha patrulharam o litoral e aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoaram a cidade. Biden chegou acompanhado de uma comitiva de mais de 200 pessoas, a maioria das quais estavam ligadas à segurança, para assistir ao jogo e, em seguida, partiu para encontrar-se com a presidenta da República, Dilma Rousseff, na capital federal Brasília. (O Estado de S. Paulo – Copa 2014 – 17/06/14)

3- Arnaldo Jabor expôs memórias do regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Arnaldo Jabor escreveu sobre suas memórias do regime militar (1964-1985). Jabor afirmou ter se encontrado três vezes com Stuart Edgar Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e filho da estilista Zuzu Angel. No primeiro encontro, Jabor afirmou que dirigia um carro no qual transportava um casal ferido e o próprio Jones, que pediu para que parassem o carro para que ele pudesse dirigir, conduzindo-os à casa de um médico que, após ter a filha assassinada pela repressão, cuidava de guerrilheiros feridos. Jabor afirmou ter sido procurado por Mário Alves para entrar na luta armada, porém nunca “entrou de cabeça” no MR-8, por “falta de coragem e de fé”. Alguns meses após o convite, soube que Alves fora preso e torturado. Jabor relatou ter visto Jones pela segunda vez na casa de uma amiga que o abrigou e, pela terceira e última vez, quando levou uma mala de aparelhos cirúrgicos e munição em frente ao antigo Jardim Zoológico em Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, o jornalista perguntou a Jones se ele não tinha medo de ser preso, ao que o guerrilheiro respondeu: “se eu for preso, não digo nem meu nome”. Jabor declarou ter lido em um jornal que Stuart Angel fora enterrado na pista de um aeroporto e que o Brigadeiro Burnier fora o oficial encarregado do caso. Ao escrever sobre Burnier, Jabor retratou-o, segundo a descrição do brigadeiro Eduardo Gomes e de seu próprio pai, também brigadeiro, como “um doente mental inspirado por instintos perversos e sanguinários, sob o pretexto de proteger o Brasil do perigo comunista”. De acordo com Jabor, Burnier ficou famoso por planejar explodir o gasômetro do Rio, em São Cristóvão. Caso não fosse impedido pelo capitão-aviador Sérgio Miranda de Carvalho, que se recusou a cumprir a ordem, a explosão teria resultado em mais de 100 mil mortes. O jornalista lembrou que Carlos Marighella ressaltou a superioridade moral como o fator de sustentação do guerrilheiro urbano e Jabor destacou como “a mais proveitosa ação contra a ditadura” o sequestro do embaixador estadunidense, que teve ampla repercussão e desmoralizou a repressão. Por fim, o jornalista concluiu que a luta armada foi muito influenciada pela ideia de sacrifício heroico, e que a certeza de estar defendendo o “bem” levou a uma liberdade cercada de morte. Ao final, o colunista ressaltou a importância de analisar também os crimes e mentiras atuais, e não somente os do passado. (O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 17/06/14)

4- Estados Unidos compartilharam documentos referentes ao regime militar do Brasil

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Joe Biden, anunciou, no dia 17/06/14, um projeto especial de cooperação entre o governo estadunidense e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que apura violações de direitos humanos pelo Estado brasileiro durante o regime militar (1964-1985). O projeto consiste no compartilhamento de documentos oficiais estadunidenses sobre o período que serão retirados da categoria de “sigilosos”. Biden afirmou que os arquivos “jogam luz” sobre o regime militar no Brasil e ressaltou que o governo do presidente dos EUA, Barack Obama, espera que, ao tratar com o passado, o Brasil possa manter o foco numa grande promessa do futuro. Esse gesto de cooperação anunciado pelo EUA coincide com as tentativas de Biden em reaproximar as relações entre os dois países, abaladas após a divulgação de casos em que Agência de Segurança Nacional estadunidense espionou autoridades do governo brasileiro. (*Correio Braziliense* – Mundo – 18/06/14; *Folha de S. Paulo* – Mundo – 18/06/14)

5- Forças Armadas apresentam relatórios sobre o funcionamento de suas instalações durante o regime militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica enviaram, no dia 17/06/14, seus relatórios de sindicância à Comissão Nacional da Verdade (CNV) a respeito do funcionamento de instalações militares durante o regime militar (1964-1985). Segundo os jornais, os relatórios, entregues pelo Ministério da Defesa, foram feitos após pedido da CNV para que as Forças Armadas investigassem o “desvio de finalidade” de sete unidades onde, de acordo com investigações do colegiado, teriam ocorrido pelo menos quinze casos de tortura e nove assassinatos pelos militares. Com seus relatórios em consonância, as três Forças alegaram, com citações de documentos e leis vigentes na época, que as instalações não foram utilizadas para fins que não fossem de sua atribuição, negando qualquer irregularidade. Além disso, os documentos não fazem qualquer menção a casos de presos políticos detidos, torturados ou assassinados e, por vezes, negam enfaticamente a ocorrência de violações dos direitos humanos nas instalações. As instalações investigadas foram: três unidades do Destacamento de Operações de Informações (DOI) nas cidades de Recife, no estado de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro; o quartel do 12º Regimento de Infantaria do Exército, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e; o quartel da 1ª Companhia da Polícia do Exército da Vila Militar, a Base Naval da Ilha das Flores e a Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo *O Estado*, a Aeronáutica, em um relatório de 145 páginas, citou leis e decretos militares objetivando esclarecer que uma base aérea é o local adequado para manter a custódia de presos, reiterando, porém, que se trata de presos militares, sem se referir a civis. A Marinha relatou na maior parte de seu relatório de 268 páginas a história da imigração oriental no Brasil durante o século 19 mormente na Base Naval da Ilha das Flores e não abordou denúncias de torturas. Já o Exército, através de um relatório de 48 páginas, afirmou que os documentos necessários ao trabalho da CNV foram destruídos sem fornecer maiores detalhes. De acordo o *Correio*, o Exército relatou ainda que as unidades do DOI foram criadas para “combater a subversão e o terrorismo”, não existindo desvio de

finalidade. Diante dos documentos apresentados pelas Forças Armadas, a CNV estuda a possibilidade de ingressar na Justiça, com base no artigo 5º da Lei 12.528/2011 que autoriza a comissão a recorrer ao Poder Judiciário para ter acesso a todo tipo de informação necessária a suas atividades. E assim, com uma decisão judicial requisitar acesso aos documentos sigilosos pertencentes aos centros de inteligência militares, localizados em Brasília e aos departamentos de pessoal das Forças Armadas. Entretanto, o colegiado está dividido, uma parte entende que somente com a ajuda da Justiça conseguirá as informações de que necessita, já a outra prefere a cautela para não gerar uma situação desagradável a Presidência da República. Segundo André Saboia Martins, secretário executivo da CNV, “a comissão vai cumprir seu compromisso de investigar na integralidade”, pois “o direito e a lei estão a nosso favor”. (Correio Braziliense – Política – 19/06/14; Folha de S. Paulo – Poder – 19/06/14; O Estado de S. Paulo – Política – 19/06/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)